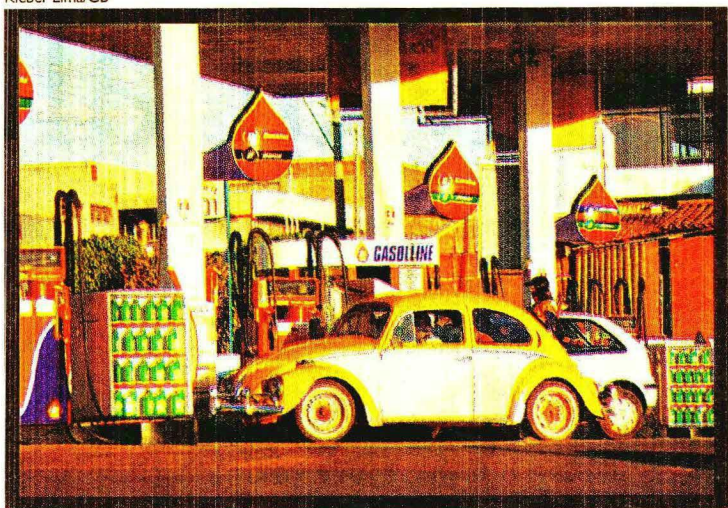


OCUPAÇÃO URBANA

Decisão do Conselho Especial do Tribunal de Justiça do DF revoga 24 leis distritais que mudavam destinação de terrenos e jogam postos de combustíveis na ilegalidade

Kleber Lima/CB



DECISÃO DO TJDF REVOGOU A AUTORIZAÇÃO DO POSTO GASOLINE, NA QI 616

De repente, irregulares

CECÍLIA BRANDIM

DA EQUIPE DO CORREIO

O empresário Marcos Lombardi, um dos donos da rede de postos de combustível Gasoline, terá problemas para manter alguns de seus estabelecimentos abertos. Ele foi atingido pela decisão do Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, revogando, na terça-feira, 24 leis distritais que mudavam a destinação de áreas públicas para postos.

Com a decisão, o posto Gasoline, na QI 616 em Samambaia, passa a ser irregular. A permissão para abrir o comércio veio com a Lei Complementar 105/98. "Na época, a cidade não tinha Plano Diretor Local e somente por meio da Câmara Legislativa obtínhamos essas autorizações", justifica Lombardi.

Em 2001, o *Correio* publicou série de reportagens denunciando o esquema de valorização de terrenos, que envolvia empresários e deputados distritais. Os nomes de Lombardi, de seus familiares e sócios apareceram em diversas transações. O lote era comprado a

preços baixos, em função da destinação original. Um terreno reservado a uma escola podia ser valorizado em até 1.000% ao se tornar posto de combustível.

Gama, Ceilândia, Sobradinho, Taguatinga, Planaltina, Guará e Plano Piloto foram alvos das leis impugnadas. "Os terrenos para postos custam muito mais caro. Os *espertinhos* iam até os deputados e mudavam a destinação depois da compra. Essa decisão do TJDF é uma vitória", comentou o presidente do Sindicato dos Postos de Combustíveis (Sinpetro), José Carlos Ulhôa.

A decisão do Conselho Especial resulta de uma ação movida pelo Ministério Público do DF (MPDF), sob a alegação de que as modificações no uso de terras públicas só podem ser propostas pelo governador do DF. Segundo o MPDF, as normas de meio ambiente e ordenamento territorial também foram desrespeitadas.

Autor de pelo menos dois projetos em benefício aos postos, o distrital Benício Tavares (PMDB), informou, por meio de sua assessoria, que as iniciativas atendiam às reivindicações da comunidade.